

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2018 A ABRIL/2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") Portaria STN nº 389, de 14 de junho de 2018.  
1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)												INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	LIQUIDADAS													
	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
<b>DESPESA BRUTA C/ PESSOAL (I)</b>	<b>320.867.947,96</b>	<b>357.673.042,42</b>	<b>441.600.254,37</b>	<b>321.274.034,91</b>	<b>328.330.086,05</b>	<b>326.471.498,21</b>	<b>407.188.750,01</b>	<b>979.905.865,12</b>	<b>326.524.054,48</b>	<b>358.872.983,88</b>	<b>331.630.994,91</b>	<b>331.315.992,26</b>	<b>4.831.655.504,58</b>	<b>53.923,21</b>
<b>Pessoal Ativo</b>	<b>221.385.986,97</b>	<b>257.107.136,58</b>	<b>305.084.741,63</b>	<b>219.789.284,30</b>	<b>226.779.412,49</b>	<b>222.299.021,90</b>	<b>270.710.736,10</b>	<b>730.448.301,50</b>	<b>237.275.104,81</b>	<b>268.300.344,55</b>	<b>240.402.777,19</b>	<b>238.939.304,78</b>	<b>3.438.522.152,80</b>	<b>53.923,21</b>
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	184.562.411,71	220.112.412,87	268.244.169,50	183.103.860,42	187.836.227,01	184.928.044,14	233.719.327,46	649.984.594,25	197.600.816,09	225.523.136,83	200.492.902,01	196.025.260,93	2.932.133.163,22	53.923,21
Obrigações Patronais	36.823.575,26	36.994.723,71	36.840.572,13	36.685.423,88	38.943.185,48	37.370.977,76	36.991.408,64	80.463.707,25	39.674.288,72	42.777.207,72	39.909.875,18	42.914.043,85	506.388.989,58	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	99.481.960,99	100.565.905,84	136.515.512,74	101.484.750,61	101.550.673,56	104.172.476,31	136.478.013,91	249.457.563,62	89.248.949,67	90.572.639,33	91.228.217,72	92.376.687,48	1.393.133.351,78	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	84.321.739,04	84.402.465,90	118.233.056,55	84.091.821,67	84.362.676,21	84.063.023,36	113.176.474,48	207.104.407,96	73.260.807,11	74.499.561,45	75.223.841,81	75.479.791,93	1.158.219.667,47	0,00
Pensões	15.160.221,95	16.163.439,94	18.282.456,19	17.392.928,94	17.187.997,35	20.109.452,95	23.301.539,43	42.353.155,66	15.988.142,56	16.073.077,88	16.004.375,91	16.896.895,55	234.913.684,31	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>99.618.109,32</b>	<b>125.637.168,34</b>	<b>135.614.658,28</b>	<b>101.001.233,02</b>	<b>101.240.642,47</b>	<b>102.715.263,48</b>	<b>152.420.494,22</b>	<b>566.265.400,18</b>	<b>88.021.673,19</b>	<b>118.025.121,36</b>	<b>90.039.335,62</b>	<b>92.700.388,38</b>	<b>1.773.299.487,86</b>	<b>0,00</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	16.530.920,52	17.194.067,21	18.025.489,59	17.828.669,25	17.588.743,07	17.299.900,69	72.822.275,75	433.670.667,05	0,00	0,00	22.184,14	23.448,92	611.006.366,19	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (2)	80.529.351,72	80.978.252,91	114.897.441,15	81.263.375,28	81.452.520,87	84.527.715,17	78.691.835,79	131.856.200,05	86.488.001,03	87.789.614,94	88.499.293,69	89.639.047,72	1.086.612.650,32	0,00
Despesas de Caráter Indenizatório (3)	2.557.837,08	27.464.848,22	2.691.727,54	1.909.188,49	2.199.378,53	887.647,62	906.382,68	738.533,08	1.533.672,16	30.235.506,42	1.517.857,79	3.037.891,74	75.680.471,35	0,00
<b>DESPESA LIQUIDA C/ PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>221.249.838,64</b>	<b>232.035.874,08</b>	<b>305.985.596,09</b>	<b>220.272.801,89</b>	<b>227.089.443,58</b>	<b>223.756.234,73</b>	<b>254.768.255,79</b>	<b>413.640.464,94</b>	<b>238.502.981,29</b>	<b>240.847.862,52</b>	<b>241.591.659,29</b>	<b>238.615.603,88</b>	<b>3.058.356.016,72</b>	<b>53.923,21</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>												<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA A - RCL (IV)</b>												<b>58.503.128.160,35</b>		
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)												<b>0,00</b>		
<b>= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)</b>												<b>58.503.128.160,35</b>	<b>0,00</b>	
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + II b)</b>												<b>3.058.409.939,93</b>	<b>5,23</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>												<b>3.457.534.874,28</b>	<b>5,91</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>												<b>3.284.658.130,57</b>	<b>5,61</b>	
<b>LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>												<b>3.111.781.386,85</b>	<b>5,32</b>	

FONTE: SIAF/MG, Diretoria de Finanças e Execução Orçamentária - DIRFIN/GECON, 14/05/2019, 18:18; RCL informada pela Secretaria de Estado de Fazenda.

## NOTAS

(1) - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior (R\$ 53.923,21) continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos. (2) - Despesas totais da procedência 5, consoante Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 19 de agosto de 2010. (3) - Despesas não computadas, art. 18, caput, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000. 3190-16-05 - Férias-prêmio - R\$ 75.680.471,35.



Documento assinado eletronicamente por Eduardo Antônio Codo Santos, Diretor Executivo, em 24/05/2019, às 16:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por Maria Cristina Monteiro Ribeiro Cheib, Auditor, em 24/05/2019, às 19:40, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por Desembargador Nelson Missias de Moraes, Presidente, em 27/05/2019, às 17:02, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador 1964829 e o código CRC 9BF10148.